

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA CONSERVADORA NA CIDADE DE VITÓRIA (ES) ATRAVÉS DA OBRA *BLISSFUL AGONY* DE AMYLTON DE ALMEIDA (1972)

Kelly Alves Andrade

Licenciada em História – Centro Universitário São Camilo ES (CUSC-ES)

Professora da Educação Básica – Secretária Estadual do Espírito Santo (SEDU)

E-mail: kellyoshialves@gmail.com

RESUMO

No período do Milagre Econômico da Ditadura Militar, a cidade de Vitória passou por um rápido processo de industrialização e urbanização através da execução dos “Grandes Projetos Industriais” dando início a uma nova fase da Modernidade Capixaba, conduzida por políticas conservadoras e repressivas. Partindo de uma investigação historiográfica no campo da Nova História Cultural, através das discussões de Roger Chartier (2002) e Sandra Pesavento (2003), sobre os limites e possibilidades da utilização da literatura como fonte histórica, o conceito de representação urbana será basilar para a análise da obra *Blissful Agony*, publicada no ano de 1972 na cidade de Vitória pelo jornalista, ativista social e cultural, Amylton de Almeida. Através do conceito de *modernização autoritária conservadora* de Rodrigo Patto Sá Motta (2014), buscaremos analisar as críticas tecidas na obra, expressada através da angústia existencial do cidadão vitoriano imerso nas transformações do espaço-tempo da capital no início da década de 70, promovidas por um conjunto de políticas econômicas e sociais de modernização sustentadas pelo aparato repressivo da Ditadura Militar.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Espírito Santo; Literatura Capixaba.

O Milagre Econômico e a expansão urbano-industrial da Cidade de Vitória:

A efeméride dos Cinquenta anos do golpe militar no Brasil durante o ano de 2014, abriu espaço para análises e discussões historiográficas sobre os acontecimentos e a memória consolidada deste período entre os setores da sociedade brasileira (MOTTA et al., 2014, p.07). Ao iniciar o capítulo sobre o Cinquentenário da Ditadura Militar e a produção de memórias na história recente republicana na obra “A Ditadura que mudou o Brasil”, Reis (2014) afirma:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

É indizível a dor e a angústia de toda uma população empurrada em ritmos inéditos de mobilidade – social e geográfica -, revolvida nos alicerces culturais, por um vendaval de modernização que, de forma autoritária, conduziu a sociedade para um novo patamar de desenvolvimento do capitalismo (REIS, 2014, p.11).

As palavras do autor, desenham as transformações sociais e urbanas ocorridas em um curto espaço de tempo no Espírito Santo durante o processo de transição de uma economia cafeeira sustentada pelo perfil primário-exportador para um moderno projeto urbano-industrial a partir da segunda metade da década de 60. Tais transformações são frutos das políticas de desenvolvimento industrial, iniciadas na gestão governamental de Christiano Dias Lopes (1967-1971). Através dos incentivos fiscais e o financiamento público a longo prazo¹ os “Grandes Projetos Industriais” deram início a construção do Porto de Praia Mole, Ubu e Capuaba, com o objetivo de expansão do complexo de exportação portuária até então formado pelo Porto de Vitória em atividade desde 1870, do Porto de Tubarão inaugurado em 1966, e de obras no complexo siderúrgico para a diminuição das importações de aço no Brasil. No ano de 1969 seria o início das obras da Companhia Vale do Rio Doce, cujas atividades de pelotização, aconteceriam na gestão governamental de Artur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975), e das obras paraquímicas movimentadas a partir de 1967 pela Aracruz Celulose (MOREIRA; PERRONE, 2008, p.140).

As obras de desenvolvimento do complexo industrial no Espírito Santo a partir da segunda metade da década de 60, ocorreram no chamado Milagre Econômico Brasileiro (1969-1973), responsável por inaugurar uma nova fase na política econômica da Ditadura Militar após o período recessivo do primeiro governo ditatorial presidido por Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), caracterizado pelo ajuste fiscal e monetário em

¹ As políticas de incentivos fiscais e financiamento público foram colocadas em prática através da criação dos órgãos estaduais: FUNRES, GERES, BANDES E FUNDAP. O Funres “Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo” permitia o pagamento facultativo do imposto de renda pelas empresas com sede no estado visando o incentivo do valor do imposto em atividades agro pecuárias e industriais no Espírito Santo. O Geres “Grupo Executivo de Recuperação Econômica” era responsável pela administração dos recursos financeiros. O BANDES “Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo” distribuía os recursos para o empresariado de pequeno e médio porte e o FUNDAP permitia as empresas usarem 8% do ICM (imposto sobre circulação de mercadorias) de arrecadação estadual para investimentos de infra-estrutura visando a importação e exportação pelos portos do Espírito Santo (MOREIRA; PERRONE, 2008, p.1).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

uma tentativa de aproximação com o liberalismo econômico² (NAPOLITANO, 2014, p.150).

Com o governo de Arthur Costa e Silva (1967-1969), houve o abandono de práticas simpatizantes ao liberalismo ortodoxo do governo anterior, e o apoio de lideranças industriais aliados a entrada do capital estrangeiro visando a intervenção estatal na economia, foram fatores considerados agentes propulsores do caráter industrial desenvolvimentista do Milagre Econômico (REIS, 2014, p.23). O ápice foi atingido no governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), inaugurando a fase dos “Anos de Ouro e de Chumbo” da Ditadura Militar, cuja frase expressa os anos de elevados índices de desenvolvimento econômico e também de repressão após o decreto do AI-5³ em 13 de dezembro de 1968.

Somados ao aumento nos índices de desenvolvimento econômico, elementos como o sentimento de bem-estar da classe média brasileira inserida na lógica de consumo capitalista, o aumento na oferta de empregos, devido as demandas por mão-de-obra no setor em crescimento, a reforma universitária, e a conquista do Tricampeonato Mundial de Futebol no México em 1970, deram início a sensação de otimismo entre os setores da sociedade brasileira, importantes para a legitimidade do governo e para os “jogos de acomodação”:

O Estado autoritário combinou a violência com estratégias de negociação e acomodação, para aplacar as oposições e reduzir a resistência ao seu poder. Nesse sentido, as políticas de modernização objetivaram também a conquista

² O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) promoveu reformas na área fiscal e financeira para conter o controle da inflação que chegava a 80% ao ano e o ajuste das contas públicas. A equipe econômica no Governo Castello Branco foi liderada pelos ministros da fazenda Octávio Gouveia de Bulhões e pelo ministro do planejamento Roberto Campos cujo diagnóstico da inflação feita pelos ministros da área econômica tinham orientação monetarista e visava a estabilidade econômica através de instrumentos monetários, inspirado no modelo monetarista da Escola de Chicago, cujas ideias estão associadas ao liberalismo econômico (LEITE, 2014, p.30).

³ O Ato Institucional nº 5 decretado por Costa e Silva em 13 dezembro de 1968 marcou uma nova fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional e intensificação do aparato repressivo. Nas palavras de Zuenir Ventura na obra “1968: O ano que não terminou”, o ato previa “o fechamento do Congresso por tempo indeterminado, interrompiam-se as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamobibilidade e estabilidade, podia-se cassar, demitir, transferir, reformar funcionários civis e militares e suspendia-se o habeas corpus, o que – com o reforço posterior da Lei de Segurança Nacional – permitia manter qualquer preso acusado de delito político em regime de incomunicabilidade por dez dias” (VENTURA, 1988, p.280).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de legitimidade, pois buscavam atrair apoio social e desmobilizar os opositores. Tais estratégias foram particularmente visíveis na relação do Estado com as elites intelectuais, em particular profissionais acadêmicos e produtores culturais (MOTTA, 2014, p.55).

Em contrapartida, os Anos de Chumbo, mostram a outra face do Governo Médici e as promessas do Milagre Econômico Brasileiro. Ao passo que foi responsável pelo elevado índice de crescimento econômico beneficiário do desenvolvimento industrial através dos incentivos fiscais, também foi responsável por “concentrar a renda nas mãos de poucos como nunca, contribuiu significativamente para o aumento das disparidades sociais, dos índices de pobreza e analfabetismo, da fome, da miséria e da redução de salários” (PEREIRA et al., 2014, p.84).

A Doutrina de Segurança Nacional, além de funcionar como instrumento ideológico de ocultação das contrariedades econômicas e sociais, também legitimava o combate aos “inimigos da nação” ligados ao comunismo, compondo a conjuntura da América Latina de enfrentamentos entre Estados Unidos e URSS em zonas de influência durante a Guerra Fria, acentuando o controle estadunidense como a ideologia de Estado dominante nas Américas (PEREIRA et al., 2014, p.21).

Ao passo que mudanças políticas e econômicas pairavam sobre a América Latina durante os anos de Guerra Fria reforçando a hegemonia dos Estados Unidos nos centros periféricos e na formação de governos autoritários, o Brasil vivenciou durante a fase do “Milagre Econômico” realidades difusas. Segundo Cordeiro (2019), seria o momento de dois Brasis no início da década de 1970 que jamais se cruzaram, o “primeiro permaneceria intocado pela atuação perversa da censura e de uma propaganda que tudo manipulava” (CORDEIRO, 2019). No Estado do Espírito Santo, seria responsável pelo veto nos jornais e na televisão sobre notícias de tortura, desaparecimentos e mortes de presos políticos, aumento da inflação, arrocho salarial, acentuação da pobreza e miséria durante os processos de industrialização e aumento desordenado da população nas zonas de desenvolvimento industrial (PEREIRA et al., 2014, p.83).

Em meio ao cenário de desenvolvimentismo industrial projetado para o país, sustentado pelo discurso ufanista de legitimação da construção do Brasil Moderno a nível nacional e estadual, no Espírito Santo, as obras de industrialização em Vitória deram

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

início a expansão territorial para atender o aumento no contingente populacional. Como consequência, a sociedade passou por mudanças bruscas no comportamento social para adaptação aos projetos de modernização e aos seus impactos negativos, desta forma, a pobreza e a miséria tornou-se uma realidade da capital no início da década de 70:

(...) Os projetos industriais promovidos pelos governos federal e estadual, conhecidos como “grandes projetos”, transformaram radicalmente a sociedade local. Tendo a produção agrícola, ao mesmo tempo, entrado em crise, milhares de pessoas empobrecidas migraram do campo para a cidade, o que fez dobrar, a cada dez anos, a população de Vitória. A expansão urbana processou-se, no mínimo, de forma um tanto caótica. Proliferaram as favelas, pobres e carentes pareciam estar em todo lugar (BANCK, 2011, p.355).

O conceito de modernização autoritária conservadora é utilizado por Motta (2014, p.51), como “síntese dos paradoxos e contradições do regime militar” ao caracterizar o projeto de modernização como responsável pelo desenvolvimento econômico e tecnológico voltado para a indústria, a formação da mão-de-obra fabril e de cursos de especialização no ensino médio e superior, e pelos processos de urbanização nos centros industriais em vias de expansão. O caráter conservador preservaria a ordem vigente ao reforçar a ideologia do anticomunismo afastados da sociedade, sendo o aparato de repressão e o autoritarismo um importante mecanismo para a implantação da pauta modernizadora:

(...) Tal projeto modernizador teve como par inseparável a conservação e a consolidação dos pilares tradicionais da ordem social, cuja base é a exclusão de parte das classes subordinadas e a incorporação subalterna dos segmentos populares mais afortunados. Uma modernização conservadora, portanto, e acima de tudo autoritária, pois os projetos de desenvolvimento foram comandados pela tecnocracia civil e militar, e as dissensões não passíveis de incorporação foram entregues à máquina repressiva (MOTTA et al., 2014, p.8).

Desta forma, os impactos negativos da modernização da cidade de Vitória durante a fase do Milagre Econômico, chegou acompanhada da violência e repressão como mecanismos de execução da pauta modernizadora da Ditadura Militar. Para manter a população capixaba imersa no imaginário de otimismo, euforia e consumismo dos anos do Milagre Econômico, um aparato amplo e organizado de censura e vigilância atuava nos níveis federal e estadual (DE ÂNGELO; FAGUNDES, 2014, p.162).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A Literatura Capixaba nos Anos de Chumbo e a modernidade urbana em Vitória:

Diante do panorama Brasileiro do “Milagre Econômico” no início da década de 70, e seus impactos no Estado do Espírito Santo, a análise da obra *Blissful Agony* escrita e publicada no ano de 1972 por Amylton Dias de Almeida, cuja narrativa tece críticas sobre a modernidade que chega a cidade de Vitória durante a Ditadura Militar, ascende uma discussão sobre os textos literários produzidos no contexto de industrialização do Espírito Santo durante a década de 70. Segundo Pesavento (2007), as cidades e suas transformações são um campo analítico da História Cultural para a compreensão da cidade como um problema e objeto de reflexão de ordem econômica e social e das representações do urbano:

(...) Mas as representações que se constroem na e sobre a cidade, indo mais além, pode-se dizer que a História Cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais (PESAVENTO, 2007, p.46).

Sendo assim, o espaço urbano da capital capixaba em fase de pré-metropolização constituiu-se como espaço de produção de representações sobre o processo de expansão urbano-industrial vivenciado pelo cidadão vitoricense, de forma que as diferentes representações desse período agiram e agem na formação e consolidação das memórias deste passado histórico. O conceito de representação conforme Chartier (1988) e Pesavento (2004), compreendido como os sentidos dados ao mundo e as construções da realidade por indivíduos e grupos, norteiam as análises sobre a literatura capixaba deste período. Para Chartier (1988, p.17) é preciso analisar as representações do mundo social pelos homens, cujas interpretações são produtoras de discursos para a legitimação do poder de determinados segmentos da sociedade em detrimento de outros, desta forma, há lutas por representações do mundo pelos grupos humanos.

Segundo Pollack (1989, p.15), a atribuição de significados ao passado e ao presente por determinados grupos estaria ligado a identificação com os discursos e consolidação da memória oficial, desta forma, as considerações do autor convergem com a problematização da integração da sociedade capixaba durante o processo de crescimento da cidade de Vitória. Para Silva (2001) este foi um processo “conduzido de forma excludente e elitista gerando uma série de impactos negativos no âmbito da estrutura

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

social” (SILVA, 2001, p.141). De Ângelo e Fagundes (2014, p.152) afirmam que a consolidação da memória oficial do processo de expansão industrial do Espírito Santo no contexto da Ditadura Militar, priorizou os discursos oficiais ligados a elite empresarial e a consolidação de uma memória positiva e triunfalista, sem levar em consideração o caráter repressivo dos militares na condução das transformações urbano-industriais no território.

A cidade de Vitória passou por transformações significativas durante as obras de execução dos “Grandes Projetos Industriais” com início na gestão governamental de Chistiano Dias Lopes (1967-1970), filiado ao Arena e alinhado ao desenvolvimentismo da Ditadura Militar. A funcionalidade dos projetos foi alcançada no governo biônico de Artur Carlos Gerhardt Santos entre os anos de 1971 a 1975, e dos governos subsequentes (BITTENCOURT, 2011 p.144). Este processo de mudanças na estrutura econômica e geográfica da capital capixaba produziu diferentes discursos no campo político, econômico e cultural. No campo das produções culturais, a literatura capixaba deste período estava em fase de ampla produção:

A partir do final dos anos 70 e início dos anos 80 deste século, o Espírito Santo se transforma, industrializa-se, incha-se de gente e de fábricas. A sociedade capixaba urbaniza-se, passa por violentas transformações e isso se reflete, sobremaneira, na produção cultural do Estado, sendo a Literatura um dos principais veículos dessa transformação (RIBEIRO, 1996, p.9).

Sobre as representações do espaço urbano e a modernidade urbana, Pesavento (2007), afirma que a transformação da cidade desencadeia uma luta de representações entre o progresso e a tradição, desta forma, a emergência da cidade moderna é aquela que destrói para construir o novo, gerando uma série de discursos sobre este processo:

Uma cidade é objeto de muitos discursos, a revelar saberes específicos ou modalidades sensíveis de leitura do urbano: discursos médicos, políticos, urbanísticos, históricos, literários, poéticos, policiais, jurídicos, todos a empregarem metáforas para qualificar a cidade (PESAVENTO, 2007, p.48).

Partindo das considerações da autora sobre as diferentes formas de representações da modernidade urbana, entendemos a literatura capixaba como um campo privilegiado das representações sobre as transformações na cidade de Vitória durante o processo de expansão urbana a partir da industrialização.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Desta forma, a análise do campo literário enquanto fonte histórica, para Pesavento (2003), deve percorrer um caminho epistemológico de problematização do que pretende-se extrair do texto literário enquanto marca de historicidade para responder os problemas formulados em História:

Se o historiador estiver preocupado com datas, fatos, nomes de um acontecido, ou se buscar a confirmação dos acontecimentos do passado, a literatura não será a melhor fonte a ser usada...Mas, se o historiador estiver interessado em resgatar as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado, ou em ver como os homens representavam a si próprios e ao mundo, a Literatura se torna uma fonte muito especial para seu trabalho (PESAVENTO, 2003, p.09).

Conforme as considerações da autora sobre a relação entre a história e literatura, entendemos a obra selecionada de Amylton de Almeida, como escrita em um momento de transformações da cidade de Vitória e de um amplo desenvolvimento artístico e cultural no momento de maior repressão da Ditadura Militar, sendo uma representação das sensibilidades em meio a chegada da modernidade urbana na cidade de Vitória em contexto ditatorial.

A primeira edição do romance *Blissful Agony*, foi impresso nas oficinas gráficas do jornal *O Diário* no ano de 1972, em uma tiragem independente de vinte e oito exemplares assinados por Amylton de Almeida, no período em que trabalhou na redação do jornal entre 1965 e 1972, ano de transição para o *Jornal da Cidade* (BILICH, 2005, p.143). A segunda edição foi lançada pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida em 1988, e a terceira edição foi publicada pela Secretária de Estado da Cultura do Espírito Santo em 2015. De acordo com Ribeiro (1990, p.35), *Blissful Agony* é a obra inaugural da modernidade na literatura capixaba, ao retratar a mesmice do cotidiano na cidade de Vitória em uma narrativa tida como “estranha” por fugir do padrão dos textos literários capixabas do início da década de 70.

A cidade de Vitória foi o espaço onde Amylton de Almeida desenvolveu sua narrativa sob forte influência do recurso de repetição da poetisa e escritora Gertrude Stein. A repetição como recurso utilizado nos textos Amyltonianos, buscavam dar ênfase “as situações traumáticas que não são racionalmente compreendidas pelos personagens” (GOMES, 1996, p.78). Sobre a linguagem da obra, a autora considera:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A linguagem de *Blissful Agony* compõe o estranhamento e a ambiguidade do relato a partir do título. Estranho não apenas por ser em língua estrangeira, mas por sugerir a agonia e o júbilo simultâneos da criação literária. A carga poética se adensa no figurativismo das palavras, em suas modulações rítmicas, evocativas de as ondas, de Viginia Woolf, e nas repetições encantatórias, à la Gertrude Stein. As rupturas do discurso se fazem pela quebra da sintaxe, pela “irracionalidade” da pontuação, pela sequência de orações curtas indicativa do truncamento das idéias e emoções, reforçando a imagem de labirinto sem saída (GOMES, 1996, p.82).

A narrativa de *Blissful Agony*, resume-se em cinquenta e sete páginas compostas por uma complexidade narrativa fruto do processo criativo refinado do escritor. A trajetória histórica de Amylton de Almeida ficou marcada no campo cultural do Espírito Santo por suas produções artísticas ligadas a literatura, o cinema, o teatro e o jornalismo. De acordo com Hartung (1996, p.11), através de sua obra, Amylton de Almeida suscitou debates, fez denúncias, mostrou e evidenciou o que muitos não viam, ou não queriam enxergar. Sobre sua trajetória como cidadão vitoricense e suas produções, a biografia desta personalidade da cultura capixaba, publicada após seu falecimento no ano de 1996, pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e a dissertação de mestrado biográfica sobre a vida e obra de Amylton, escrita por Jeanne Figueiredo Bilich e defendida no ano de 2005 no programa de pós graduação em História das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, merecem destaque.

Nas primeiras páginas do romance, a repetição de frases pelo autor dão o clima de estranhamento do texto, criando “um efeito cinematográfico de encantamento, de transe, de alucinação” (Gomes, 1996, p.81, grifo do autor). Além dos recursos de repetição, o uso metafórico de expressões no texto, evidenciam a denúncia do autor a censura dos “tempos modernos” na cidade de Vitória:

Era uma época, aquela, em que uma certa parcela da juventude voltara a beber, ao mesmo tempo se percebia uma mudança no meio ambiente. Essa mudança começou com o desaparecimento de coisas menores, como poemas em jornais. “Que fim teria fim teria levado o Farley Granger?” perguntava-se naquela época, quando então no silêncio todo mundo sabia mas não respondia que fim teria levado o Farley Granger (ALMEIDA, 1972, p.16).

Conforme Pesavento (2007), as representações são “portadoras de simbolismos ao mostrarem mais do que aquilo que enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais” (PESAVENTO, 2007, p.22). Ao fazer a crítica literária de *Blissful Agony*, Ribeiro (1990), identifica a falta de liberdade de expressão no contexto de criação da obra

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

como “tudo que caracteriza o dia-a-dia numa cidade como Vitória, num país como o Brasil, numa época de sufoco e falta de liberdade” (RIBEIRO, 1990, p.36), logo, ao ter contato com a narrativa da obra, o leitor que não tiver o conhecimento sobre o contexto de produção de *Blissful Agony*, escrita no auge da repressão e da censura, terá o estranhamento tão comum aos leitores da obra, como fica explícito no epílogo da 3ª edição publicada pela Secult no ano de 2015, em que o texto é identificado como “raro no sentido de texto original, diferente, singular, estranho e único. Tão raro que é difícil começar, classificá-lo” (NEVES, 2015, p.13).

Gomes (1996) ao analisar a obra “Autobiografia de Hermínia Maria” - escrita também ano de 1972 e publicada somente em 1994 por Amylton de Almeida - relaciona a complexidade narrativa do romance ao tempos ditatoriais:

(...) O romance presava também recorrer à codificação da linguagem devido à censura política. Nos anos de chumbo, transfigurar verbalmente a realidade deixava de ser necessariamente intrínseca a literatura para se tornar a arma pacífica que driblava a tesoura dos censores e possibilitava aos produtores da arte literária – e não só dela – continuar respirando em meio ao sufoco (GOMES, 1996, p.79).

Partindo das considerações de Gomes, entendemos que os recursos estilísticos empregados pelo autor em sua produção literária estavam ligados ao momento de controle ideológico da sociedade brasileira e das produções artísticas. Napolitano (2001), caracteriza o campo cultural durante o início da década de 70 como um momento complexo após o decreto do AI-5, formando diferentes tendências sobre a cena cultural, como a censura e o exílio, o aumento dos meios de comunicação de massa somados a propaganda ufanista do regime militar e a emergência de novas formas de expressão cultural e comportamental (NAPOLITANO, 2001, p.81).

A todo este cenário cultural de censura e resistência no campo artístico a nível nacional e estadual, que influenciaram a composição da obra, outros elementos são incorporados na narrativa de *Blissful Agony*. Sobre o processo de transformação no comportamento social e na paisagem da cidade de Vitória, destaca-se o trecho:

Como disfarçar nossa ingenuidade. Alguém terá encontrado credibilidade para o fato de encontrar-se vivo; de uma maneira geral todos evitam, com polidez e algum refinamento, cujas regras não são de conhecimento público; o cerco das memórias dos less-than-gentle times; o segredo dessa atitude; afinal comum restaura-se como pássaro na muda, no silêncio com que as plantas cultivadas em apartamentos registram a ânsia, também geral, de ser incluído na

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

modernidade dos dias; como disfarçar; alguma coisa estaria prestes a terminar – suspeitava-se de possíveis consequências de imissão não deliberada no imobilismo dos fatos sociais ou oficiais; todas as mortes pertenceriam ao patrimônio comum. De olhos abertos, fundos e secos; respira com dificuldade (ALMEIDA, 1972, p.23).

As transformações na cidade de Vitória, lócus da narrativa da obra, são representadas como uma modernidade que chega acompanhada pelo silêncio imposto pela repressão e violência. A recorrência da dificuldade em respirar frequentemente repetida ao longo da obra e no trecho destacado acima, possui um significado de denúncia por parte do autor:

Uma recorrência permanente nas obras de Amylton de Almeida é, exatamente, a falta de ar significando, literalmente, o desconforto físico causado por doenças respiratórias e, metaforicamente, a ausência de liberdade, a solidão, a angústia da prisão no tempo e numa sociedade repressora e desumanizada, a irreversibilidade da aporia. Nos romances e nas peças de teatro, a falta de ar, como numa premonição biográfica, se repete com assustadora frequência (GOMES, 1996, p.79).

Os processos de urbanização da cidade de Vitória, durante as décadas de 60 e 70, também compõem a narrativa da obra em diversas páginas, evidenciando a falta de identificação com a cidade em momento de expansão. A agonia frente essas transformações é expressão do pessimismo do autor em relação ao futuro na cidade moderna:

A velha cidade ficando tão distante, Cláudio aumenta o volume da voz, “uma cidade nova surgindo tão longe de você, tão alheia a você. E todas as coisas se renovando e você- Cláudio então se surpreende com o tom de sua voz, como se uma pessoa estivesse gritando com ele – “tão inadaptada às coisas novas, tão apegada às coisas antigas: ao antigo cais, às ruas envelhecidas, ao tempo em que Vitória era algumas esquinas, algumas famílias, alguns amigos” (ALMEIDA, 1972, p.31).

A menção ao nome “Cláudio” por Amylton de Almeida, parte de uma influência do autor pela escrita de Gertrude Stein. A escritora e poetisa estadunidense, considerada a precursora do experimentalismo modernista na literatura do século XX (QUEIROZ et al, 2018 p.09), escreveu em 1933 o livro “A autobiografia de Alice B. Toklas”. Trata-se da biografia da própria Gertrude Stein sendo narrada em terceira pessoa, como se fosse a biografia de sua companheira Alice Babette Toklas. No texto, Cláudio Bueno Rocha, jornalista e amigo de trabalho de Amylton na redação do jornal *O Diário*, representa o ponto de vista do autor a falta de identificação com o novo espaço urbano que surgia naquele momento. Em *Blissful Agony*, vários atores do círculo social de Amylton de Almeida, ligados ao jornalismo e produção artística são mencionados, além de Cláudio

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Bueno Rocha, os nomes de Carmélia Maria de Souza e Xerxes Gusmão Netto aparecem em diferentes momentos da obra, sentados no bar e esclarecendo alguma coisa a respeito da geração traída. O edifício Kennedy e a Praça Costa Pereira compõem a trama ambientalizada no centro de Vitória:

Este é o instante em que Vitória perde todas as suas características. A empregada abre a janela de seu quarto no décimo segundo andar do edifício Kennedy e se joga no vazio. Este é o instante em que o ramo de flores cai aos pés, enquanto a lua continua se movendo e o vento espalha cheiro de manacá pela cidade. Este é o instante em que a praça Costa Pereira se encontra deserta para sempre. Longe, muito longe daqui, o vento sopra (ALMEIDA, 1972, p.56).

O processo de transformação da paisagem urbana na capital capixaba no início dos anos 70, para Banck (2011), processou-se de forma caótica, gerando o aumento da pobreza. O progresso como expressão da expansão urbana e arquitetônica da cidade desfigurou a paisagem de Vitória a ponto de torna-la irreconhecível, transformando o espaço, cuja identificação era praticamente impossível (BANCK, 2011, p.355). O aumento da pobreza no cenário utópico do moderno e do consumismo do Milagre Econômico, é relatado por Amylton de Almeida, no seguinte trecho de *Blissful Agony*:

(...) Em agosto, 25 o corretor de imóveis, enfim estabelecendo intimidade com seu cliente, mostrou as fotos do filho de 4 anos usando a camisa do futebol e então ele disse, quando abriu a porta do apartamento ainda em construção: tem dois quartos, sala, cozinha, banheiro, carpete, azulejo no banheiro até o teto, além de uma suíte; em agosto, 26, as pessoas, que antes só vaga e obliquamente, mais pelo calor umas das outras, entendiam as flutuações do sistema socioeconômico, de repente, percebiam as dificuldades do tempo em que viviam. Em agosto, 27, os problemas eram então visíveis e capazes de serem verbalizados. Em agosto, 28, os problemas são visíveis. Em agosto, 31, os pobres, a violência, os pobres, a violência, os pobres de novo e toda uma crônica de jornal rememorando os valores cristãos não seriam suficientes para explicar ou mesmo disfarçar o pânico congênito, mais parecendo desapegar das roupas, uma apressada moda que concorria para disfarçar a incoerência e o medo dessas pessoas (ALMEIDA, 1972, p.47).

No Espírito Santo, o aumento demográfico na Ilha de Vitória em fase de metropolização durante a execução dos Grandes Projetos, é apontado por Zorzal (2001), como consequência dos impactos negativos na esfera social e de inserção das classes sociais as benesses deste processo, apontando o crescimento e transformação econômica como excludente e elitista levando a inclusão subalterna das atividades produtivas locais uma vez que os empreendimentos industriais estavam voltados principalmente para o mercado externo, provocando a apropriação muito desigual dos benefícios gerados, responsável pelo aumento do contingente de excluídos e na formação dos “bolsões de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pobreza” e diversos problemas de infraestrutura como desafios a serem enfrentados na Região da Grande Vitória pelo poder público até os dias atuais (ZORZAL, 2001, p.142).

Em *Blissful Agony*, o descontentamento em face ao progresso e as desigualdades que vieram acompanhadas das transformações no espaço urbano, se fazem presentes em diferentes momentos da narrativa. A pobreza e a miséria a todo momento são lembrados como denúncia aos silenciamentos, postos diante da modernidade repressiva e desigual que chega para modificar a cidade e seus costumes:

(...) A mulher com uma trouxa na cabeça e um filho pela mão direita, anda pela linha férrea. (Qual seria a idade deles? Era indefinível: Usam roupas doadas, a sociedade mal reparava neles, tolerando-os por remorso ou culpa oblíquos, com donativos públicos; porque havia uma sociedade; ela estava sempre organizada e limpa como se fosse viajar; mas preferia repetir o tom de voz de sua mãe para que ninguém reconhecesse, naquele corpo sempre pronto para uma mudança, um possível resquício de juventude ou personalidade própria. Raramente comiam; seriam a escória; que fé pública lhes daria crédito? No entanto, só metaforicamente seriam citados nos discursos do governador como membros primordiais na construção da ----). Alguém passeia de barco pela baía. A brisa sopra. Podia ter um furacão aqui só pra derrubar esse monte de edifícios. A gente levanta o rosto e, então, a brisa sopra. Era uma época, aquela em que certa parcela da juventude voltara a beber, ao mesmo tempo em que levemente se percebia uma mudança no meio ambiente. (ALMEIDA, 1972, p.15)

Segundo Motta (2014), a modernização conservadora seria “a síntese dos paradoxos e contradições do Regime Militar”, desta forma, a modernização seria característica da expansão industrial e do desenvolvimento econômico e tecnológico. O elemento conservador atuaria através das práticas autoritárias do regime, como forma de preservar a ordem social e legitimar a implantação das pautas modernizadoras (MOTTA, 2014, p.51).

No Espírito Santo, a fase de expansão industrial e portuária e conseqüentemente a metropolização da cidade de Vitória no final da década de 60 e decorrer dos anos 70, como apontados neste trabalho, geraram diversas contradições e pontos de vista sobre este processo conduzido durante a Ditadura Militar. De Ângelo e Fagundes (2014), consideram este processo como o responsável pela memória positiva sobre a Ditadura Militar no Estado do Espírito Santo, e a resignificação dos sentidos sobre a repressão política durante a execução dos “Grandes Projetos Industriais”.

Em *Blissful Agony*, a cidade de Vitória é representada como um lugar estranho, e transforma-se através da produção de desigualdades sociais, acompanhados da apatia dos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

cidadãos que recorrem ao esquecimento para serem “incluídos na modernidade dos dias”. O tempo é alterado, assim como as relações sociais no espaço que se altera e reconfigura-se em formas estranhas ao passado da cidade, ao que era conhecido como o cotidiano na Cidade de Vitória, que ganha cada vez mais prédios, barcos na baía, e aumento das pessoas pobres na rua. Uma pobreza que não é enxergada, ou noticiada, assim como as demais transformações observadas na economia ou na política, como denúncia Amylton de Almeida em diversas passagens da obra. Para Ribeiro (1990, p. 36) “Vitória e Blissful Agony se merecem. Um é a cara do outro. É a modernidade que chega às Letras Capixabas, ainda que tardia”. A modernidade que chega a cidade de Vitória, é acompanhada de repressão, censura e processos desiguais de integração social a este processo.

Para Pesavento, as cidades são locais de memória como afirma Pierre Nora (1993), os cidadãos da urbe são “agentes da história e portadores da memória e a seu modo constroem cidades possíveis ou improváveis através de um conhecimento sensível, tanto em resposta às questões de seu tempo quanto antecipando sensibilidades” (PESAVENTO, 2008, p.07). Para a autora, lidar com o passado histórico de uma cidade é lidar com vários tempos, dos discursos e os silêncios que a constituem:

O resgate do passado de uma cidade contido nos centros urbanos implica lidar com vários tempos: o da cidade que se vê e a da que não se vê, oculta e esquecida; e o tempo que passa e o que não passa, do qual é resultado o resto que fica para ser mostrado; o tempo da cidade que se quer, dos desejos, das utopias perdidas e projetos não realizados, e o da cidade que se tem, resultante de fracassos e vitórias. Destes tempos, o centro urbano é como que uma vitrine, um microcosmo do tempo que passou, mas que nem sempre se deixa ver. Destas temporalidades, o tempo mais difícil é o do esquecimento. Tempo que finge não ter existido, soterrando as lembranças. Talvez, por isso mesmo, seja o mais procurado por historiadores teimosos, que insistem em indagar dos silêncios e em tentar preencher as lacunas e os vazios do passado de uma cidade (PESAVENTO, 2008, p.04).

A obra *Blissful Agony*, diz muito sobre o tempo em que foi escrita, parte das sensibilidades em mostrar a angústia do cidadão vitoricense ao incorporar no cotidiano as transformações da cidade de Vitória, promovidas por um conjunto de políticas econômicas e sociais de modernização sustentadas pelo aparato repressivo da Ditadura Militar e mostra-se como uma representação do espaço urbano da cidade de Vitória em fase de metropolização.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O campo literário surge como sintoma de seu tempo, conforme buscou-se discutir neste trabalho. A complexa narrativa literária criada por Amylton de Almeida em 1972, surge como crítica as contradições provocadas pelas mudanças na capital capixaba, conduzidas pelas elites políticas e empresariais e aos discursos oficiais de seu tempo. O texto Amyltoniano, age como uma importante ferramenta de memória e denúncia, contrastando as memórias positivas e as demais representações sobre a chegada da Modernidade na Ilha de Vitória durante a Ditadura Militar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Amylton de. **Blissful Agony**. 3.ed. Vitória: Secretária de Estado da Cultura do ES, 2015.

BANCK, Geert Arent. **Dilemas e símbolos: Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 2011.

BILICH, Jeanne Figueiredo. **As múltiplas trincheiras de Amylton de Almeida: política e poder no jornalismo cultural do Espírito Santo: o cinema como mundo, a arte como universo (1980-1989)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

BITTENCOURT, Gabriel. **Indústria: a modernização do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. **O país do futuro: modernidade, modernização e imaginário coletivo no Brasil Republicano**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

ERNESTO, Pedro *et al.* **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)**. Vitória: GM Editora, 2014.

GOMES, Deny *et al.* **A múltipla presença: vida e obra de Amylton de Almeida**.

GURGEL, Antônio de Padua. **O diário da rua sete**. Vitória, Contexto Jornalismo & Acessoria, 1998.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

LEITE, Alcides Domingues J. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro**. 3.ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC: [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

MARTINS, Giovana Maria Carvalho. **O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre literatura e história**. In: VII Congresso Internacional de História e XXV encontro de geohistória regional. XX semana de História, 2015, Londrina. Anais de evento. Londrina: UEL, 2015.p.3889-3901.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. **A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917/1964)**. 2ed. Niterói: Eduff, 2020.

MOREIRA, Thais Helena; PERRONE, Adriano. **História e geografia do Espírito Santo**. Vitória: Gráfica Sodré, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

PEREIRA, Valter Pires *et al.* **Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo**. Vitória: Flor&Cultura, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, p. 31 - 45, 01 set. 2003.

_____. Dossiê: História, memória e centralidade urbana. **Rev. Mosaico**, Goiás, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

_____. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 2 ed.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

QUEIROZ, João; COLLIN, Luci; AGUIAR, Daniella. **Ao vires isto: Gertrude Stein, tradução e intermedianidade**. Curitiba: Kottter Editorial, 2018.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **Estudos Críticos de Literatura Capixaba**. Vitória, 1990.

_____. **Literatura do Espírito Santo: uma marginalidade periférica**. Vitória: Nemar, 1996.

SILVA, Marta Zorzal. O Espírito Santo face à logística de expansão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). In: **Dimensões – Revista de História da Ufes**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciência Humanas e Naturais, nº 13, 2001.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ZUENIR, Ventura. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.